

Bem Brasil

Governo detecta recessão que pode inviabilizar um crescimento de 5% em 1987

BRASÍLIA — A meta de se obter um crescimento da economia, este ano, de 5% em relação a 1986, está ameaçada. O governo começa a detectar sinais de uma recessão irreversível, desde julho, que tende a se agravar nos próximos meses, atingindo basicamente a produção industrial, que, no segundo semestre de 1987, vai apresentar uma queda substancial se comparada ao mesmo período do ano passado.

O governo já não espera uma reação da indústria até dezembro — "a curva é descendente", alerta um técnico da área econômica —, o que poderá comprometer o objetivo de um crescimento em 1987, para o setor, de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

— A agricultura, que deverá atingir a meta inicial, com uma expansão de pelo menos 1,5% do PIB, é que vai salvar a economia este ano — admite uma fonte do governo, explicando que a queda da produção industrial no último trimestre do ano poderá ser tão acentuada, que nem o crescimento em 7,9% observado de janeiro a junho passado na indústria será suficiente para se atingir o objetivo contido no Plano de Controle Macroeconômico.

As perspectivas de economistas do governo, que preparam um documento sobre o futuro a curto e médio prazo da economia do país chegam a ser preocupantes. Há dúvidas, principalmente, quanto ao comportamento da inflação até o fim do ano, que servirá de parâmetro decisivo para registrar o sucesso ou fracasso do Plano Bresser.

Em setembro, a inflação oscilará em torno de 6%, mas outubro é uma incógnita — admitem economistas do governo, que não vêem razões técnicas e lógicas para uma explosão da taxa de inflação, mas temem o pior: o índice do próximo mês poderia atingir, basicamente por uma questão psicológica, a casa dos dois dígitos, o que representaria o fim do Plano Bresser e a necessidade de elaboração de nova política econômica.

Em termos técnicos, porém, a conjuntura econômica parece não permitir esse descontrole, segundo um economista do Ministério da Fazenda: não há inflação de demanda provocada por excesso de consumo, pois as vendas também caíram, os salários estão achatados e a atual política salarial do governo não visa recuperar o poder de compra do trabalhador; os juros, embora elevados em termos reais (3,6% acima da inflação), estão estabilizados, o que não justifica, portanto, aumentos de preços, por pressão de custos; os preços já estão altos e quase realinhados; o déficit público — único setor que, em princípio, poderia pressionar a inflação, pois ainda não está sob controle do governo — não tem impacto imediato sobre os índices de preços.

Apesar da lógica dos economistas, persiste o receio de que o próprio mercado provoque o descontrole dos preços, como ocorreu a partir de janeiro (e, sobretudo, em fevereiro com o fim do congelamento do Plano Cruzado); quando os aumentos foram desordenados e exagerados em praticamente todos os setores da economia, causando uma explosão inflacionária quase sem precedentes na história do país. O governo teme uma repetição do fenômeno, quando as outras tarifas e serviços públicos, além dos combustíveis, forem reajustados.

Além do fantasma da inflação, os economistas do governo estão preocupados com a recessão que se vem instalando na indústria e no comércio, que, segundo estudos técnicos oficiais, só não será igual ou pior do que a de 1983 (governo Figueiredo), porque o governo preservou em níveis razoáveis a previsão de investimentos das empresas estatais, que deverão crescer 8% este ano. Isto poderá atenuar a crise, cujo agravamento, no entanto, já é tido como inevitável nos principais gabinetes da área econômica.